

PROJETO DE LEI Nº 1.210, DE 2007
(Do Sr. Do Sr. Régis de Oliveira e outros)

Dispõe sobre as pesquisas eleitorais, o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, a instituição de federações partidárias, o funcionamento parlamentar, a propaganda eleitoral, o financiamento de campanha e as coligações partidárias, alterando a Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao § 4º do art. 17 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, alterada pelo art. 5º do projeto de lei, a seguinte redação:

“§ 4º O Tribunal Superior Eleitoral fará a distribuição dos recursos aos órgãos de direção nacional dos partidos políticos, dentro de dez dias, contados da data do depósito a que se refere o § 3º, obedecidos os seguintes critérios:

I – cinco por cento, dividido igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II - noventa e cinco por cento, divididos entre os partidos e federações, proporcionalmente ao número de votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.”

JUSTIFICATIVA

Entendemos que os recursos do financiamento de campanhas eleitorais deve seguir os mesmos critérios que o Congresso Nacional estabeleceu para a distribuição do Fundo partidário, na Lei 11.459/2007.

Sala das Sessões, de julho de 2007.

DEPUTADO RENILDO CALHEIROS